



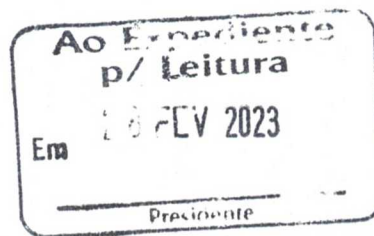
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito



MENSAGEM N.º 004, DE 12 DE JANEIRO DE 2023



A Sua Excelência o Senhor
Vereador **RENATO JOSÉ PEREIRA**
Presidente da Câmara Municipal de
Mangaratiba – RJ.

Processo Administrativo n.º 16088/2022

Ref.: Projeto de Lei n.º 124/2021.

Assunto: Autoriza ao Poder Executivo Municipal determinar que empresas de transporte coletivo concedam dispensa do pagamento de passagem às gestantes em deslocamento para tratamentos médicos, exames ou hospitalização, e dá outras providências.

Autoria: Senhor Vereador Juninho de Jacareí.

I – RELATÓRIO

Trata-se o presente parecer acerca de análise de Projeto de Lei de autoria de Iniciativa do Legislativo Senhor Vereador Juninho de Jacareí.

Projeto de Lei que, autoriza ao Poder Executivo Municipal determinar que empresas de transporte coletivo concedam dispensa do pagamento de passagem às gestantes em deslocamento para tratamentos médicos, exames ou hospitalização, e dá outras providências.

Instruem o pedido, no que interessa: (I) OFÍCIO/PRES/Nº 339/2022, (II) Projeto DE LEI Nº 124/2021 e (III) Justificativa.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

*Rubi em
58/05/2023
Cristina
Santana*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito



II – FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, importante destacar que o exame da Procuradoria Jurídica se cinge tão-somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, **razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação**, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes.

Trata-se, em verdade, de assunto evidentemente de interesse local, portanto, albergada na competência municipal nos termos do artigo 30, inciso I da CRFB/88.

Importante mencionar, que muito embora louvável a iniciativa do Poder Legislativo, este fere de morte a divisão de competências estabelecidas em nosso ordenamento jurídico maior, que visa assegurar os princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, qual seja, o Princípio da Separação e Independência entre os Poderes, descritos no artigo 2º da CRFB/88.

“ART. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

A edição da norma objeto deste procedimento, afeta às atribuições e a própria organização da Administração Municipal e Estadual por iniciativa parlamentar a que representa evidente usurpação de competência, sendo, portanto, inconstitucional por violar a separação dos Poderes, conforme se depreende no artigo 2º da CRFB/88, que trata de cláusula *pétrea*.

Deste modo, quando a pretexto de legislar, o Poder Legislativo administra, editando leis que equivalem na prática a verdadeiros atos de administração, viola a harmonia e independência que deve existir entre os poderes estatais. Por isso, que o Princípio da Separação dos Poderes serve como limitador para a atuação parlamentar, sendo nesse sentido parcialmente ilegal e inconstitucional a lei que cria, modifica ou suprime dispositivos de Lei estabelecida em nosso ordenamento jurídico vigente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito



Com relação á apresentação do Projeto de Lei de iniciativa desta respeitável Casa Legislativa, pondera-se que a criação do mesmo não pode ultrapassar os limites qualitativos (natureza ou espécie) e quantitativos da proposta. O poder de determinar que empresas de transportes coletivo concedam dispensa do pagamento de passagem ás gestantes, é de competência exclusiva da estrutura administrativa municipal, função esta de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, que não se reconhece ao Legislativo, não é carta branca para fazê-lo. Tem os seus limites, sob pena de Poder Legislativo interferir no Poder Executivo em matéria de Competência exclusiva deste conforme disposto nos § 3 e § 4 do artigo 166 da Constituição Federativa Da República.

Ressalta-se ainda que, a Lei Orgânica do Município em seu artigo 71, Incisos e Parágrafo Único, prevê expressamente as atribuições de iniciativa exclusiviva do Chefe do Poder Executivo, dentre tais atribuições a estruturação administrativa dos Órgãos da Administração Pública.

Vejamos o disposto na Lei Orgânica Municipal:

“Art. 71 – são de iniciativa do Prefeito as Leis que disponham sobre: I – criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e Autárquica ou aumento de sua remuneração; II – Servidores Públicos do Poder Executivo, da Administração Indireta e Autarquias, seu Regime Jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; III – criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Departamentos ou Diretorias equivalentes e Órgãos da Administração Pública; IV – matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos, ressalvado o disposto no art. 63, III, desta Lei Orgânica, ou conceda auxílios e subvenções. Parágrafo Único – Não será admitido aumento da despesa prevista nos Projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no inciso IV, primeira parte, deste artigo”.

Diante disso, fiel à proibição, de criação, de inovação, de impertinência temática, no processo legislativo por iniciativa parlamentar criar, extinguir, modificar ou suprimir projeto de lei sem que a iniciativa tenha partido do Poder Executivo.



Neste sentido, a intenção da Câmara Municipal de Vereadores em dispor acerca do presente tema, não é uma de suas atribuições, a isenção de passagem se insere na chamada reserva da administração, que reúne as competências próprias de administração e gestão, por tratar-se de estrutura administrativa, tal iniciativa é de competência do Chefe do Poder Executivo, encaminhado a Câmara de Vereadores. Assim, esta matéria não é de competência deste órgão, restando-se evidente um vício de iniciativa da Egrégia Casa Legislativa do Município de Mangaratiba, ultrapassando os limites de competência estabelecida no ordemanento jurídico constitucional vigente.

Ainda sobre o tema, podemos destacar que para que seja concedido a gratuidade na passagem as gestantes, deve ser apresentado uma planilha com quantidade aproximada das gestantes no município, valor da passagem, e que seja apresentado um estudo de impacto que a referida concessão irá gerar, tendo em vista, que o custo referente a gratuidade do transporte público recairá sobre os usuários pagantes, e estes acabarão arcando com os custos da gratuidade concedida.

Estes custos vão gerar um impacto significativo no orçamento da população, já que os gastos com transportes representam mais de 10% de seu orçamento, fatores estes, que podem ser constatados em diversas fontes de pesquisas.

Indo mais além acerca do tema objeto de análise e parecer, podemos ainda mencionar os subsídios do governo ao transporte público, que tem por finalidade tornar a tarifa mais acessível aos passageiros, com isso aumentando a utilização dos transportes públicos pela população, neste caso, o governo assume parte desses custos para que o mesmo não seja absorvido apenas aos usuários, já que o custo para a concessão da gratuidade recai aos usuários pagantes, sendo assim, este deve vir acompanhado de um estudo de impacto orçamentário.

Deste modo, e diante de todas as informações ora apresentadas, fica evidente que o presente Projeto de Lei em análise, não trás em seu bojo as informações necessárias e tão pouco preenche os requisitos para a sua aprovação.

Ainda sob uma análise minuciosa acerca do tema, podemos verificar que já existe Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Sindicato das Empresas de Transportes de alguns Estados acerca do presente tema. Vejamos:

“Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 14.123/2022, do Município de São José do Rio Preto. Apontada violação aos artigos 5º, § 1º; 47, incisos XI, XVII; 117; 119; 120;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito



144; e 159, todos da Constituição do Estado de São Paulo. Legislação impugnada que dispõe sobre a gratuidade de transporte público para as gestantes carentes. Vício formal de iniciativa. Lei de iniciativa parlamentar que usurpou atribuição do Chefe do Poder Executivo, violando o princípio de separação e harmonia entre os poderes. Criação de despesas sem indicação de recursos. Inconstitucionalidade da lei impugnada. Ação procedente. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2062107-80.2022.8.26.0000 AUTOR: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO - INTERURBANO RÉUS: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIOPRETO e PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Direta de Inconstitucionalidade nº 2062107-80.2022.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO - INTERURBANO, são réus PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO e PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIOPRETO. ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "JULGARAM A AÇÃO PROCEDENTE. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão. O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores RICARDO ANAFE (Presidente), JAMES SIANO, COSTABILE E SOLIMENE, LUIS FERNANDO NISHI, DÉCIO NOTARANGELI, JARBAS GOMES, TASSODUARTE DE MELO, POÇAS LEITÃO, MELO BUENO, CAMILO LÉLLIS, CARLOS MONNERAT, GUILHERME G. STRENGER, FERNANDO TORRESGARCIA, XAVIER DE AQUINO, DAMIÃO COGAN, MOACIR PERES, FERREIRARODRIGUES, FRANCISCO CASCONI, CAMPOS MELLO, VIANNA COTRIM,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito



FÁBIO GOUVÊA E MATHEUS FONTES. São Paulo, 21 de setembro de 2022.”

Analisando o Projeto de Lei, foram encontrados óbices quanto ao seu prosseguimento para a sanção do Exmo. Sr. Prefeito, por conter expressamente vício de iniciativa que poderá gerar inconstitucionalidade/ilegalidade do projeto em análise.

Ademais, a Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, mais precisamente em seu artigo 92, IV, e artigo 74 § 1º, dispõe acerca da competência e atribuições do chefe do Poder Executivo, dentre elas estão previstas a aprovação ou veto no todo ou em parte de Projetos de Lei, se assim nestes forem encontrados pontos que acarretem disposições contrárias as Leis existentes e vigentes no mundo jurídico e se nele o conteúdo for inconstitucional ou contrário ao interesse público.

Vejamos o que dispõe o artigo 92, IV, da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba:

“Das atribuições do Prefeito:

Art. 92 -Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

IV – Vetar, no todo ou em parte, os Projetos de Lei aprovados pela câmara;”

Na sequência trata o artigo 74 § 1º da Lei Orgânica:

“Art. 74 – A provado o Projeto de Lei, será este enviado ao Prefeito, que, aquiescendo o sancionar.

§ 1º - O Prefeito considerando o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento;”.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito



Diante disto, opinamos pelo **VETO TOTAL** do Projeto de Lei, pelos fatos e fundamentos já apresentados com fulcro no disposto no Art. 74, § 1º da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, por conter vício de iniciativa no que tange a atribuição de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

III - QUANTO AO PRAZO PARA SANÇÃO OU VETO

Quanto ao prazo para sanção ou veto conforme disposto na Lei Orgânica do Município de Mangaratiba em seu art. 74, §1º que prevê o prazo 15 (quinze) dias úteis.

Assim sendo, o prazo para elaboração deste parecer iniciou-se em **19/12/2022 (segunda-feira)** e seu **termo final será em 12/01/2023 (quinta-feira)**, tendo em vista, aos feriados e pontos facultativos decretados em razão das festividades de final de ano, portanto, até presente data, o Projeto de Lei é plenamente tempestivo para a sanção ou veto do Chefe do Poder Executivo, sendo assim, não ocorrendo o fenômeno da sanção tácita.

Mangaratiba, 12 de janeiro de 2023.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito